

# Superior Tribunal de Justiça

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.316.448 - RS (2018/0155880-0)**

**RELATOR : MINISTRO MOURA RIBEIRO**  
**AGRAVANTE : ANTONIO CARLOS DA VEIGA MELLO**  
**ADVOGADOS : JOSÉ LUIS FUCKS BATISTA E OUTRO(S) - RS066972**  
**NEUSA DOLORES LEMKE BATISTA - RS057816**  
**AGRAVADO : LACY MEDEIROS DO NASCIMENTO E SILVA - ESPÓLIO**  
**REPR. POR : HAROLDO NASCIMENTO E SILVA - INVENTARIANTE**  
**ADVOGADO : ALEX KLAIC E OUTRO(S) - RS061287**

## **EMENTA**

EMBARGOS DE TERCEIROS. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. **RECURSO MANEJADO SOB A ÉGIDE DO NCPC.** AGRAVO QUE NÃO INFIRMA TODOS OS FUNDAMENTOS DA DECISÃO AGRAVADA. AGRAVO NÃO CONHECIDO.

## **DECISÃO**

ANTONIO CARLOS DE VEIGA MELLO (ANTONIO) ajuizou embargos de terceiros contra ESPÓLIO DE LACY MEDEIROS DO NASCIMENTO E SILVA (ESPÓLIO) tendo por objeto bens imóveis.

A sentença de procedência do pedido foi reformada pelo Tribunal estadual nos termos do acórdão assim ementado:

*APELAÇÃO CÍVEL. EMBARGOS DE TERCEIRO. Preliminar contrarrecursal descabida. Caso em que não tem aplicação o teor das Súmulas 84 e 375 do STJ. A sequência dos fatos demonstram que a negociação feita entre José Carlos e seu irmão, ao efeito de o tornar insolvente, afasta a presunção de boa-fé do contrato de compra e venda da meação dos únicos imóveis que, ao menos comprovadamente possuía, para garantir o crédito do embargado. Precedentes jurisprudenciais.*

**PRELIMINAR CONTRARRECURSAL REJEITADA.**

**APELAÇÃO PROVIDA** (e-STJ, fl. 219).

Os embargos de declaração foram rejeitados (e-STJ, fls. 252/258).

ANTONIO interpôs recurso especial com base no art. 105, III, *a e c*, da CF, onde alegou violação dos arts. 233, 442, 434 e o 489, § 1º, IV, 1022, II, do NCPC, e dissídio jurisprudencial pelos seguintes fundamentos (1) negativa de prestação jurisdicional motivada; (2) verificou-se a preclusão consumativa "operada pela primeira manifestação válida da Recorrente nos autos"; (3) não se valorou devidamente a prova

# Superior Tribunal de Justiça

testemunhal constante dos autos que apontam a boa-fé do negócio entabulado.

O Tribunal de origem inadmitiu o apelo nobre por (1) ausente qualquer ofensa aos arts. 489 e 1022 do NCPC; (2) incidirem as Súmulas nºs 7 e 83 do STJ; (3) o dissídio não ficou configurado.

ANTONIO ingressou com agravo em recurso especial sustentando que (1) invasão do mérito do recurso pela decisão agravada; (2) ficaram evidenciados os vícios de omissão e falta de fundamentação do acórdão estadual; (3) foi demonstrada a violação dos dispositivos apontados.; (4) o dissídio ficou configurado.

Foi apresentada contraminuta (e-STJ, fls. 425/434).

É o relatório.

DECIDO

A irresignação não comporta conhecimento.

De plano, vale pontuar que o recurso ora em análise foi interposto na vigência do NCPC, razão pela qual devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma nele prevista, nos termos do Enunciado Administrativo nº 3 aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016: *Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC.*

Não merece acolhida a alegação do agravante no sentido de que ocorreu a invasão do mérito do recurso pela decisão agravada.

De fato, esta Corte possui entendimento de que por ocasião do juízo de admissibilidade, constitui atribuição do Tribunal local examinar os pressupostos específicos e constitucionais relacionados ao mérito da controvérsia, a teor da Súmula nº 123 de STJ.

No mais, verifica-se que o Tribunal de origem inadmitiu o recurso nobre por entender (1) ausente qualquer ofensa aos arts. 489 e 1022 do NCPC; (2) incidirem as Súmulas nºs 7 e 83 do STJ; (3) o dissídio não ficou configurado.

Nada obstante, ANTONIO deixou de impugnar especificamente a incidência das Súmulas nºs 7 e 83 do STJ, invocadas pelo juízo prévio de admissibilidade para negar seguimento ao apelo nobre.

Relativamente à Súmula nº 7 do STJ, ANTONIO limitou-se a afirmar

# *Superior Tribunal de Justiça*

que a matéria impugnada estava prequestionada, *não se sustentando, também, o óbice do enunciado 07, da sumula da jurisprudência do STJ*, e quanto à Súmula nº 83 do STJ, que o caso dos autos trata justamente de embargos de terceiros fundamentados em contrato de promessa de compra e venda não levado ao registro, nos exatos moldes deferidos pelo entendimento sumulado no referido enunciado (e-STJ, fl. 417).

Na hipótese em que se pretende impugnar, no agravo em recurso especial, a incidência da Súmula nº 7 do STJ, deve o agravante não apenas mencionar que o referido enunciado deve ser afastado, mas também demonstrar que a solução da controvérsia independe do reexame dos elementos de convicção dos autos, soberanamente avaliados pelas instâncias ordinárias, não sendo suficiente apenas a assertiva de que não se pretende o reexame de fatos e provas, o que não foi feito.

E, para afastar o óbice da Súmula nº 83, a parte recorrente deve demonstrar que outra é a positivação do direito na jurisprudência desta Corte, com a indicação de precedentes contemporâneos ou supervenientes aos referidos na decisão agravada (AgRg no AREsp 238.064/RJ, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, Terceira Turma, DJe 18/8/2014).

Ressalte-se que a Súmula nº 83 desta Corte abrange os recursos especiais interpostos com amparo nas alíneas a e/ou c do permissivo constitucional (AgInt nos EDcl no AREsp 1.089.431/RS, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Terceira Turma, julgado em 17/4/2018, DJe 20/4/2018).

É pacífico entendimento desta Corte, de que o agravante deve infirmar especificamente todos os fundamentos da decisão agravada, demonstrando o seu desacerto, de modo a justificar o cabimento do recurso especial interposto, sob pena de não ser conhecido o agravo, não cabendo a impugnação genérica ou a reiteração das razões expostas no recurso especial.

Nesse contexto, tendo sido apresentado em desacordo com os requisitos do art. 932, III, do NCPC, o recurso não se mostra viável.

A propósito, cita-se o seguinte precedente:

*PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE*

# Superior Tribunal de Justiça

2015. APLICABILIDADE. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA AOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO AGRAVADA. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N. 182/STJ E DO ART. 932, III, DO CPC/2015. [...] II - Razões de agravo interno que não impugnaram especificamente os fundamentos da decisão agravada, o que, à luz do princípio da dialeticidade, constitui ônus do Agravante. Incidência da Súmula n. 182 do STJ e aplicação do art. 932, III, do CPC/2015. III - Agravo interno não conhecido. (AgInt no AREsp 884.901/SP, Rel. Ministra REGINA HELENA COSTA, Primeira Turma, DJe 27/5/2016)

Nessas condições, com fundamento no art. 932, III, do NCPC, **NÃO CONHEÇO** do agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 1º de outubro de 2019.

**MINISTRO MOURA RIBEIRO**

Relator